



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

**Demonstrações Contábeis**  
**3º Trimestre/2019**

Boa Vista-RR  
25/10/2019

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

REITORIA  
Sandra Mara de Paula Dias Botelho

PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
Sandra Grützmacher

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA  
Fabiana Leticia Sbaraini

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO  
Nadson Castro dos Reis

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Regina Ferreira Lopes

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
Diogo Saul Silva Santos

DIRETORES-GERAIS DE CAMPI  
CAMPUS AMAJARI  
George Sterfson Barros

CAMPUS BOA VISTA  
Joseane de Souza Cortez

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE  
Maria Aparecida Alves de Medeiros

CAMPUS NOVO PARAISO  
Eliezer Nunes Silva

CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM  
Leila Ghedin

EQUIPE TÉCNICA DE CONTADORES  
REITORIA  
Geórgia Marcelly Gomes Matias  
Luciana Costa Saraiva

CAMPUS AMAJARI  
Marcos da Silva e Silva

CAMPUS BOA VISTA  
Diana Cris Fernandes Gomes

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE  
Leonardo Pereira Santos

CAMPUS NOVO PARAISO  
Marliane Ferreira de Oliveira

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Inscrição de Restos a Pagar Não Processados .....	35
Gráfico 2: Execução de RAP Não Processados.....	36
Gráfico 3: RPNP a Liquidar por Unidade Gestora.....	36
Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações .....	27
Quadro 2: Contratados – Principais Transações .....	28
Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição.....	19
Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo.....	19
Tabela 3: Estoques - Composição .....	20
Tabela 4: Imobilizado – Composição.....	21
Tabela 5: Bens Móveis - Composição.....	22
Tabela 6: Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas .....	22
Tabela 7: Bens Imóveis - Composição.....	23
Tabela 8: Intangível – Composição.....	25
Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição .....	26
Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante .....	26
Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar mais significativos .....	26
Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão.....	27
Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante - Serviços.....	27
Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado .....	28
Tabela 15 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG.....	35
Tabela 16: Total de Ingressos (R\$) .....	38
Tabela 17: Total de Dispêndios (R\$) .....	38
Tabela 18: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa - Atividades.....	40

Sumário

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA .....</b>	<b>7</b>
<b>2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS .....</b>	<b>7</b>
<b>3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS .....</b>	<b>8</b>
3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	9
3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL .....	9
3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	10
3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS .....	10
3.5 RESTOS A PAGAR.....	11
<b>4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....</b>	<b>11</b>
4.1. MOEDA FUNCIONAL .....	11
4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	11
4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO .....	12
4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO .....	12
4.5. ESTOQUES .....	12
4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	12
4.7 INVESTIMENTOS .....	12
4.8 IMOBILIZADO .....	13
4.9 INTANGÍVEL .....	13
4.10 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS .....	14
4.11 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET E BENS MÓVEIS .....	14
4.12 DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET .....	15
4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES .....	15
4.14 PROVISÕES .....	15
4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES .....	16
4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO .....	16

<b>4.16.1 Resultado Patrimonial .....</b>	<b>16</b>
<b>4.16.2 Resultado Orçamentário.....</b>	<b>17</b>
<b>4.16.3 Resultado Financeiro .....</b>	<b>17</b>
<b>5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS .....</b>	<b>18</b>
5.1 BALANÇO PATRIMONIAL .....	18
<b>5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial.....</b>	<b>19</b>
5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	30
<b>5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais.....</b>	<b>31</b>
5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	32
<b>5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário .....</b>	<b>34</b>
5.4 BALANÇO FINANCEIRO .....	37
<b>5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro.....</b>	<b>38</b>
5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA .....	39
<b>5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa .....</b>	<b>40</b>
5.5 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO SETEMBRO/2019 .....	41

## APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis do Instituto Federal de Roraima visam apresentar a situação da instituição sob a ótica contábil demonstrando por meio das mesmas a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Estas situações são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro sendo complementadas pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As informações aqui apresentadas referem-se ao 3º trimestre de 2019 fazendo uma comparação com os resultados no final do exercício anterior (dezembro/2018) ou em relação ao mesmo período do exercício anterior (setembro/2018).

A apresentação da situação das organizações públicas se faz necessária com intuito de prestar contas aos seus usuários, sejam eles internos ou externos.

## 1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

O Instituto Federal de Roraima – IFRR, instituído pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição federal de educação profissional, científica e tecnológica, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Organizada em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. Atualmente a estrutura institucional é composta pela Reitoria, órgão de administração central, situada na cidade de Boa Vista, por 04 (quatro) campi e por 01 Campus Avançado, como segue abaixo:

- Campus Boa Vista e Zona-Oeste, sede no município de Boa Vista;
- Campus Amajari, sede no município de Amajari;
- Novo Paraíso, sede no município de Caracaraí;
- Campus Avançado do Bonfim, sede no município do Bonfim.

O IFRR tem como atividade fim ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Roraima (IFRR) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade: Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011), NBC T 16.6 R1 e 16.7 e 16.11, as NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 01 a 21, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 7ª Ed – vigente para o exercício de 2018) e o Manual SIAFI, que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas ao IFRR; e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras com base no modelo PCASP. As notas explicativas são referentes às seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

### 3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

### 3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o IFRR faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

### 3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFRR quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias<sup>1</sup>, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

---

<sup>1</sup> Receitas Extraorçamentárias: são todas aquelas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, consequentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

### 3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

### 3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto

dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento” (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

### 3.5 RESTOS A PAGAR

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>).

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

## **4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Roraima, como também nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

### 4.1. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional utilizada é o Real. Sendo assim, as Demonstrações Contábeis do IFRR não apresentam registros em moeda estrangeira.

### 4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### 4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) créditos por danos ao patrimônio; (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo; e (iv) ajuste para perda demais créditos e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

#### 4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### 4.5. ESTOQUES

Compreendem os materiais em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

#### 4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

#### 4.7 INVESTIMENTOS

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. No âmbito do IFRR, não há essa categoria de investimentos.

#### 4.8 IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, que são adotados por este Instituto, porém apenas uma pequena parcela dos bens móveis foram reavaliados e os imóveis ainda estão pendentes de reavaliação. Diante disto, podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

#### 4.9 INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

No âmbito do IFRR, a grande maioria dos intangíveis está relacionada a Softwares, classificados como de “vida útil indefinida”, e não possui nem marcas, direitos e patentes de

vida útil definida ou indefinida, nem software com vida útil definida ou direito de uso de imóvel com prazo determinado ou indeterminado.

Os ativos intangíveis do IFRR, softwares, são mensurados ou avaliados com base nos valores de aquisição ou de registro.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, não são adotados por este instituto. Diante disto, os bens intangíveis podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

#### 4.10 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

#### 4.11 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET<sup>2</sup> E BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No âmbito do IFRR não é realizada a sistemática de depreciação de bens não cadastrado no SPIUnet.

---

<sup>2</sup> SPIUnet - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União: faz a gestão da utilização dos imóveis da União, classificados como "Bens de Uso Especial (edifícios e terrenos).

#### 4.12 DEPRECIACÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O IFRR ainda está em processo de lançamentos dos bens imóveis neste sistema.

#### 4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

As obrigações do Instituto Federal de Roraima são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

#### 4.14 PROVISÕES

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. No âmbito do IFRR essas provisões não são realizadas.

#### 4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

#### 4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro

##### 4.16.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O

detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

#### **4.16.2 Resultado Orçamentário**

O regime orçamentário do IFRR, como os demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### **4.16.3 Resultado Financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFRR.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do IFRR, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64, evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

## 5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

### 5.1 BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	30/09/2019	31/12/2018
R\$ milhares			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>11.961.356,02</b>	<b>12.431.110,63</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.695.304,54	8.686.106,89
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		642.105,00	82.555,94
Estoques		3.623.946,48	3.662.447,80
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>125.264.235,74</b>	<b>118.229.120,56</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>6.607,19</b>	<b>6.607,19</b>
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		6.607,19	6.607,19
<b>Investimentos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>125.128.950,15</b>	<b>118.145.794,97</b>
Bens Móveis		42.178.991,91	38.479.986,29
Bens Móveis		51.955.955,16	47.052.700,37
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-9.776.478,50	-8.572.229,33
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-484,75	-484,75
Bens Imóveis		82.949.958,24	79.665.808,68
Bens Imóveis		83.863.701,66	80.195.419,85
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-913.743,42	-529.611,17
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
<b>Intangível</b>		<b>128.678,40</b>	<b>76.718,40</b>
Softwares		128.678,40	76.718,40
Softwares		128.678,40	76.718,40
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>137.225.591,76</b>	<b>130.660.231,19</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>29.455.091,78</b>	<b>8.453.435,94</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		9.470.673,67	7.017.974,28
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		2.073.341,38	131.198,95
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		17.911.076,73	1.304.262,71
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>29.455.091,78</b>	<b>8.453.435,94</b>
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-
Demais Reservas	-	-	-
<b>Resultados Acumulados</b>		<b>107.770.499,98</b>	<b>122.206.795,25</b>
Resultado do Exercício		-14.405.313,37	9.258.661,49
Resultados de Exercícios Anteriores		122.206.795,25	113.034.732,61
Ajustes de Exercícios Anteriores		-30.981,90	-86.598,85
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>107.770.499,98</b>	<b>122.206.795,25</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>137.225.591,76</b>	<b>130.660.231,19</b>

### 5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial

#### 5.1.1.1 Ativo Circulante

##### Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional”.

Em 30/09/2019, esse grupo apresentou valores na importância de R\$ 7.695.304,54 (sete milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), distribuídos da seguinte forma:

**Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição**

	30/09/2019	31/12/2018	AH (%)
Limite de saque com vinculação de pagamento	R\$ 1.561.835,98	R\$ 493.851,26	216,26
Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento	R\$ 6.133.468,56	R\$ 8.192.255,63	-25,13
<b>Total</b>	<b>R\$ 7.695.304,54</b>	<b>R\$ 8.686.106,89</b>	-11,41

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

Como pode-se observar na Tabela 1, o item mais representativo desse grupo foi a conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de pagamento”, apresentando um saldo de R\$ 6.133.468,56 (seis milhões, cento e trinta e três mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos). Considerando que as ordens bancárias só são processadas no 1º dia útil à data de pagamento no sistema, os valores registrados nesta conta correspondem aos pagamentos realizados no dia 30/09/2019 e correspondem em sua maioria a folha de pessoal do IFRR.

##### Nota 02 – Demais Créditos e valores a Curto Prazo

Esse grupo registrou até 30/09/2019 um montante de R\$ 642.105,00 (seiscentos e quarenta e dois mil e cento e cinco reais). A composição desse grupo é demonstrada da seguinte forma:

**Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo**

	30/09/2019	31/12/2018	AH (%)
Adiantamento de férias	R\$ 295,14	R\$ 0,00	-
Suprimento de fundos – adiantamentos	R\$ 4.000,00	R\$ 37.446,00	-89,32
Adiantamentos a prestadores de serviços	R\$ 37.014,95	R\$ 37.014,95	0,00
Adiantamentos a fornecedores	R\$ 8.094,99	R\$ 8.094,99	0,00

Valores a Receber por Devolução de Despesa	100,00	R\$ 0,00	-
Adiantamentos termo de execução descentralizada	R\$ 592.599,92	R\$ 0,00	-
<b>Total</b>	<b>R\$ 642.105,00</b>	<b>R\$ 82.555,94</b>	677,78

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

No 3º trimestre de 2019 houve um aumento considerável (677,78%) em comparação a dezembro de 2018, conforme demonstra a tabela 2. O crédito referente a suprimento de fundos está registrado na unidade 158510 (Campus Amajari) e deverá ser baixado pela prestação de contas. A conta “Adiantamentos termo de execução descentralizada” teve um registro de R\$ 592.599,92, referente a um adiantamento de recursos de créditos recebidos através de transferências formalizadas por meio de termo de execução descentralizada para execução de programas e ações no âmbito do IFRR.

### Nota 03 – Estoques

Os estoques do Instituto Federal de Roraima são ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de produção, na prestação de serviços e na distribuição no curso normal de suas atividades.

O item mais relevante que compõe o Estoque é a conta de Materiais de Consumo, que representa no 3º trimestre de 2019 81,16% grupo.

Em 30/09/2019, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 3.623.946,48 (três milhões, seiscentos e vinte e três mil, novecentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos), que estão registrados pelo custo médio ponderado

Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos estoques no 3º trimestre de 2019:

**Tabela 3: Estoques - Composição**

	<b>30/09/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH (%)</b>
Almoxarifado	R\$ 2.941.260,49	R\$ 2.985.882,88	-1,49
Outros estoques – consolidação	R\$ 682.685,99	R\$ 676.564,92	3,16
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.623.946,48</b>	<b>R\$ 3.662.447,80</b>	0,67

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Podemos analisar na tabela 3, que a conta de Almoxarifado apresentou uma redução de -1,49% em relação a 31/12/2018, percebe-se uma variação natural da conta, que registra valores para suprimento das necessidades do IFRR, no que tange a estocagem e utilização de insumos. A conta Almoxarifado – consolidação é uma conta sintética que é composta atualmente pelas contas estoque para distribuição, material de consumo – estoque interno, material de consumo – estoque para terceiros, estoques para doação/permuta e mercadorias para doação.

### 5.1.1.2 Ativo Não Circulante

#### Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/09/2019, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 125.128.950,15 (cento e vinte e cinco milhões, cento e vinte e oito mil e novecentos e cinquenta reais e quinze centavos) relacionados a imobilizado, o que representa um pequeno aumento de 5,91% quando comparado com o período de 31/12/2018.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o 3º trimestre de 2019 em comparação ao exercício de 2018.

**Tabela 4: Imobilizado – Composição**

	<b>30/09/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH (%)</b>
<b>Bens Móveis</b>			
(+) Valor Bruto Contábil	R\$ 51.955.955,16	R\$ 47.052.700,37	10,42
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(R\$ 9.776.478,50)	(R\$ 8.572.229,33)	14,04
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(R\$ 484,75)	(R\$ 484,75)	-
<b>Bens Imóveis</b>			
(+) Valor Bruto Contábil	R\$ 83.863.701,66	R\$ 79.665.808,68	5,26
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(R\$ 913.743,42)	(R\$ 529.611,17)	72,53
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
<b>Total</b>	<b>R\$ 125.128.950,15</b>	<b>R\$ 118.145.794,97</b>	<b>5,91</b>

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

#### **Bens Móveis**

Os Bens Móveis do IFRR em 30/09/2019 totalizavam R\$ 42.179.476,66 (quarenta e dois milhões, cento e setenta e nove mil, quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos), correspondente ao valor bruto contábil deduzido de sua correspondente

depreciação, e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir:

**Tabela 5: Bens Móveis - Composição**

	30/09/2019 – R\$	31/12/2018 – R\$	AH (%)	AV (%)
Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	15.109.880,89	14.987.115,83	0,82	35,82
Bens de informática	13.309.989,74	9.966.645,92	33,55	31,56
Móveis e utensílios	11.768.536,76	11.392.942,17	3,30	27,90
Material cultural, educacional e de comunicação	3.786.335,11	3.435.642,07	10,21	8,98
Veículos	6.954.651,42	6.954.532,95	0,00	16,49
Bens em almoxarifado	150.032,56	150.032,56	0,00	0,36
Demais bens móveis	876.528,68	165.788,87	428,70	2,08
Depreciação e amortização acumulada	(9.776.478,50)	(8.572.229,33)	14,05	-
Redução ao valor recuperável	(484,75)	(484,75)	0,00	-
<b>Total</b>	<b>42.178.991,91</b>	<b>38.479.986,29</b>	<b>9,61</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

Dos Bens Móveis registrados no IFRR, 35,82% refere-se a “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, que é o maior subgrupo registrado na entidade referente ao total dos Bens Móveis. Este subgrupo é composto pelas principais contas a seguir:

**Tabela 6: Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas**

	30/09/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Aparelhos de medição e orientação	R\$ 2.024.185,06	R\$ 2.064.580,90	-1,96	13,45
Aparelhos e equipamentos de comunicação	R\$ 457.745,18	R\$ 436.211,57	4,94	3,04
Equipamentos/utensílios médicos/odontológico	R\$ 2.405.494,60	R\$ 2.383.602,26	0,92	15,99
Aparelho e equipamentos para esportes	R\$ 1.030.969,52	R\$ 1.006.942,17	2,39	6,85
Equipamento de proteção e segurança	R\$ 537.336,37	R\$ 537.336,37	0,00	3,57
Maquinas e equipamentos industriais	R\$ 427.209,72	R\$ 478.647,42	-10,75	2,84
Maquinas e equipamentos energético	R\$ 3.995.357,96	R\$ 3.962.357,96	0,83	26,56
Maquinas e equipamentos gráficos	R\$ 39.859,52	R\$ 27.050,17	47,35	0,26
Maquinas, ferramentas e utensílios	R\$ 229.071,00	R\$ 215.911,41	6,09	1,52
Equipamentos, peças e acessórios	R\$ 302.899,96	R\$ 302.899,96	0,00	2,01
Equipamentos de manobras e patrulha	R\$ 290,00	R\$ 290,00	0,00	0,00

Maquinas e utensílios agropecuário	R\$ 1.245.337,63	R\$ 1.243.890,28	0,12	8,28
Equipamentos hidráulicos e elétricos	R\$ 1.203.672,82	R\$ 1.201.202,91	0,21	8,00
Maquinas e equipamentos – construção	R\$ 5.253,32	R\$ 5.253,32	0,00	0,03
Maquinas e equipamentos eletroeletrônicos	R\$ 55.708,00	R\$ 55.708,00	0,00	0,37
Maquinas, utensílios e equipamento	R\$ 1.064.598,64	R\$ 980.339,54	8,59	7,08
Outras maquinas, equipamentos e ferramentas	R\$ 84.891,59	R\$ 84.891,59	0,00	0,56
<b>Total</b>	<b>R\$ 15.044.209,87</b>	<b>R\$ 14.987.115,83</b>	<b>0,38</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

Ainda em relação aos bens móveis, seu controle é feito pelo Sistema Unificado de Administração Pública SUAP, que necessita de adaptações para atendimento às NBC TSPs, bem como ao novo plano de contas da União. Em decorrência dessa deficiência sistêmica, o Instituto Federal de Roraima visa regularizar tal situação quando da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS). Espera-se que com a futura implantação dessa ferramenta essas inconsistências sejam regularizadas/minimizadas. Diante disso, os bens móveis não refletem integralmente a realidade patrimonial deste órgão, pois os procedimentos patrimoniais de inventário, conciliação, reavaliação e redução a valor recuperável, ainda não estão sendo adotados de forma regular e adequada pelo IFRR.

Em relação a conta depreciação/amortização acumulada (Tabela 4), percebe-se uma variação positiva de 14,04% em função da depreciação das aquisições de bens.

### Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRR em 30/09/2019 totalizavam R\$ 82.949.958,24 (oitenta e dois milhões, novecentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos), correspondente ao valor bruto contábil deduzido de sua correspondente amortização, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

**Tabela 7: Bens Imóveis - Composição**

	<b>30/09/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH (%)</b>	<b>AV (%)</b>
Bens de uso especial	R\$ 34.085.283,04	R\$ 34.085.283,04	0,00	41,09
Bens imóveis em andamento	R\$ 48.460.685,95	R\$ 44.876.199,99	7,99	58,42
Instalações	R\$ 1.293.952,67	1.210.156,82	6,92	1,56

Benfeitorias em propriedade de terceiros	R\$ 23.780,00	R\$ 23.780,00	0,00	0,03
Depreciação acumulada - bens imóveis	(R\$ 913.743,42)	(R\$529.611,17)	72,53	1,10
<b>Total</b>	<b>R\$ 82.949.958,24</b>	<b>R\$ 79.665.808,68</b>	<b>4,12</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

De acordo com a tabela 7, os “Bens imóveis em andamento” correspondem a 58,42% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRR, perfazendo o montante de R\$ 48.460.685,95 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) em 30/09/2019 e teve um crescimento de 7,99% em relação a 31/12/2018. Importante ressaltar, que a conta “Bens imóveis em andamento” está pendente de conciliação, uma vez que muitos desses bens já foram concluídos/finalizados.

Ainda em relação aos Bens Imóveis, de acordo com a Portaria conjunta da Secretária do Tesouro Nacional e da Secretária de Patrimônio da União de número 703, de 10 de dezembro 2014, foi definido que é atribuição da SPU adotar procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens Imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais. Neste sentido toda depreciação contabilizada foi realizada pela STN com base em relatório da SPU.

#### Nota 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao

valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 30/09/2019, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 128.678,40 relacionados a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2019 e 2018.

**Tabela 8: Intangível – Composição**

	30/09/2019	31/12/2018	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	-	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 128.678,40	R\$ 76.718,40	67,73
<b>Total</b>	<b>R\$ 128.678,40</b>	<b>R\$ 76.718,40</b>	

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil indefinida, que representa 100% do grupo.

O intangível da unidade referente a Software com Vida Útil Indefinida e não possui nem Marcas Direitos e Patentes de Vida Útil definida ou Indefinida nem Software com Vida Útil Definida ou Direito de Uso de Imóvel com prazo Determinado ou Indeterminado. No 3º trimestre de 2019 apresentou uma variação de 67,73% em relação a dezembro/2018, através de novas aquisições. O intangível representa 0,09% do total do Ativo. Estes softwares foram adquiridos para atender ao Departamento Técnico de Engenharia da Reitoria do IFRR.

### 5.1.1.3 Passivo Circulante

Nota 06 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

O item compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo (circulante). No IFRR não há valores registrados com caráter de Longo Prazo.

Em 30/09/2019, o Instituto Federal de Roraima apresentou um saldo em aberto de R\$ 2.073.341,38 (Dois milhões e setenta e três mil, trezentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos) relacionados com fornecedores e contas pagar de obrigações a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a Tabela 9 segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

**Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição**

	30/09/2019	31/12/2018	AH (%)
<b>Circulante</b>			
Nacionais	R\$ 2.073.341,38	R\$ 131.198,95	1480,30
Estrangeiros			
<b>Não Circulante</b>			
Nacionais			
Estrangeiros			
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.073.341,38</b>	<b>R\$ 131.198,95</b>	<b>1480,30</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (setembro/2019)

A composição dos fornecedores e contas a pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais e teve um acréscimo de 1480,30% no 3º trimestre em relação ao período 31/12/18.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 09 relacionando-se os órgãos (ou as unidades gestoras) contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/09/2019.

**Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante**

	30/09/2019	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
158152 – Reitoria	215.241,96	6.940,00	10,38	3001,47
158350 – Campus Boa Vista Centro	308.361,90	61.126,90	14,87	404,46
158351 – Campus Novo Paraíso	1.077.791,95	3.414,46	51,98	31465,52
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	328.523,88	25.535,84	15,85	1186,52
158510 – Campus Amajari	143.421,69	34.181,75	6,92	319,59
<b>Total do Órgão</b>	<b>2.073.341,38</b>	<b>131.198,95</b>	<b>100,00</b>	<b>1480,30</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (setembro/2019).

O Campus Novo Paraíso apresentou 51,98% de obrigações no 3º trimestre em relação ao valor total do órgão. Considerando a variação entre o período de dezembro/2018 e setembro/2019, esta unidade apresentou uma variação de 31.465,52%. Considerando que a liberação de recursos acontece no início de cada mês, estas obrigações com fornecedores foram diminuídas no mês de outubro/2019.

Na Tabela 10 apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores mais significativos do órgão e o saldo em aberto, na data base de 30/09/2019.

**Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar mais significativos**

CNPJ	FORNECEDOR	30/09/2019	AV (%)
09176584000125	ITP Indústria, Comercio e Serviços de tubos & perfis Ltda	710.807,61	47,84
12678457000139	Mada Construcoes Civis e Comercio de Materiais de Construção	189.664,16	12,77
25278459000182	Segurpro Vigilancia Patrimonial S.A.	153.675,73	10,34
02341470000144	Roraima Energia S.A	148.648,70	10,00
34805903000161	Amatur Amazonia Turismo Ltda	145.814,11	9,81
05672841000169	Agua Viva - Comercio e Servicos Ltda	82.664,34	5,56
02043066000194	M. do Espirito Santo Lima - Eireli	54.479,72	3,67
	<b>Total</b>	<b>1.485.754,37</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (setembro/2019).

A Tabela 11 demonstra sete fornecedores mais significativos da Instituição. Sendo a empresa ITP Indústria, Comercio e Serviços de Tubos & Perfis Ltda. o fornecedor mais significativo, correspondendo a 47,84% destes principais fornecedores.

A seguir é apresentado o Quadro 1 resumindo as principais transações:

**Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações**

Fornecedor	Objeto	Valor R\$	Data de Referência
09176584000125	Construção de duas salas modulares no Campus Novo Paraíso	710.807,61	25/09/19
12678457000139	Construção de etapa remanescente do prédio do Campus Zona Oeste	189.664,16	23/09/19
25278459000182	Serviço de vigilância dos Campi	153.675,73	Várias
02341470000144	Fornecimento de energia elétrica aos Campi	148.648,70	Várias
34805903000161	Serviço de transporte escolar do Campus Novo Paraíso	145.814,11	17/09/19
05672841000169	Serviços de limpeza e conservação do Campus Boa Vista	82.664,34	26/09/19
02043066000194	Apoio e manutenção predial e serviço de motorista do Campus Boa Vista e serviço de copeiragem do Campus Novo Paraíso	54.479,72	Várias

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI (setembro/2019).

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar se refere ao Fornecedor ITP Indústria, Comercio e Serviços de Tubos & Perfis Ltda, que presta serviços de obras e engenharia, para executar a construção de duas salas modulares do Campus Novo Paraíso.

#### Nota 07 – Obrigações Contratuais

Em 30/09/2019, o Instituto Federal de Roraima possuía um saldo de R\$ 19.580.190,39 (dezenove milhões, quinhentos e oitenta mil, cento e noventa reais e trinta e nove centavos) relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos.

A seguir, apresenta-se a Tabela 12, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

**Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão**

	30/09/2019	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	157.797,84	424.138,17	0,81	-62,80
Fornecimento de Bens	1.895.237,91	2.614.457,32	9,68	-27,51
Seguros	51.312,74	6.251,24	0,26	720,84
Serviços	17.475.841,90	15.001.474,85	89,25	16,49
<b>Total</b>	<b>19.580.190,39</b>	<b>18.046.321,58</b>	<b>100,00</b>	<b>8,50</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (setembro/2019).

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal de Roraima, o que corresponde a 89,25% ao final de 30/09/2019. Em relação ao período 31/12/18, houve um acréscimo de 8,50% de obrigações contratuais. Na continuação, apresenta-se a Tabela 13 relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/09/2019.

**Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante - Serviços**

	30/09/2019	31/12/2018	AV (%)	AH(%)
158152 – Reitoria	2.373.172,38	3.503.666,29	13,58	-32,27
158350 – Campus Boa Vista Centro	4.830.157,41	2.815.144,08	27,64	71,58
158351 – Campus Novo Paraíso	4.670.081,03	2.422.263,01	26,72	92,80
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	1.042.587,87	1.484.795,12	5,97	-29,78
158510 – Campus Amajari	4.559.843,21	4.775.606,35	26,09	-4,52
<b>Total</b>	<b>18.344.804,74</b>	<b>16.586.692,62</b>	<b>100,00</b>	<b>16,49</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018.

Os campi Boa Vista e Novo Paraíso são responsáveis por 54,36% do total contratado. O Campus Novo Paraíso teve um crescimento de 92,80% nas contratações de serviços em relação a dezembro/2018, considerando a renovação de alguns contratos essenciais para o funcionamento do campus. Enquanto a Reitoria, teve um decréscimo de -32,27%, em decorrência da diminuição de algumas despesas por causa do contingenciamento do orçamento.

Na Tabela 14 apresentada a seguir, relaciona-se os 07 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/09/2019.

**Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado**

	30/09/2019	AV (%)
AMATUR AMAZONIA TURISMO LTDA	1.804.193,28	21,73
RORAIMA ENERGIA S.A	1.389.115,31	16,73
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	1.234.862,54	14,87
HIGILIMP SERVICOS LTDA	1.119.059,38	13,48
CERASA ENGENHARIA LTDA	953.556,65	11,48
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL E AS	942.000,00	11,34
MM SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI	860.697,39	10,37
<b>Total</b>	<b>8.303.484,55</b>	<b>100</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (Setembro/19).

O contrato mais expressivo de serviço refere-se ao serviço de transporte de alunos do Campus Novo Paraíso. Considerando a Tabela 14, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

**Quadro 2: Contratados – Principais Transações**

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Contrato	Validade
34805903000161	Transporte de alunos do Novo Paraíso	1.587.085,50	10/2019	23/07/19 a 23/07/20
02341470000144	Fornecimento de energia elétrica – Reitoria	253.000,00	11/2016	22/05/18 a 22/05/20
	Fornecimento de energia elétrica – Bonfim			
	Fornecimento de energia elétrica – Boa Vista	954.198,40	16/2015	21/07/19 a 21/07/20
	Fornecimento de energia elétrica – Novo Paraíso	300.000,00	02/2017	31/03/18 a 30/03/22
	Fornecimento de energia elétrica – Zona Oeste	552.000,00	10/2017	24/05/18 a 24/05/20
	Fornecimento de energia elétrica – Amajari	180.000,00	7/2017	04/08/18 a 04/08/20
05340639000130	Serviço de administração, gerenciamento, controle e abastecimento de frota – Reitoria	60.600,00	05/2019	15/05/19 a 15/05/20
	Serviço de administração, gerenciamento, controle e abastecimento de frota – Bonfim	50.257,00	09/2019	01/08/19 a 01/08/20
	Serviço de administração, gerenciamento, controle e abastecimento de frota – Novo Paraíso	272.381,00	09/2019	20/05/19 a 20/05/20
	Serviço de administração, gerenciamento, controle e abastecimento de frota – Zona Oeste	29.674,00	03/2019	29/05/19 a 29/05/20
	Serviço de administração, gerenciamento, controle e abastecimento de frota – Amajari	242.400,00	03/2019	15/05/19 a 15/05/20
	Manutenção de veículos – Reitoria	46.502,00	12/2019	23/08/19 a 23/08/20
05281484000108	Serviço de limpeza – Reitoria	233.494,56	01/2019	18/02/19 a 18/02/20
	Serviço de limpeza – Bonfim	136.727,16	03/2019	01/03/19 a 01/03/19
	Serviço de limpeza – Boa Vista	136.727,16	03/2019	01/03/19 a 01/03/20
34803684000181	Construção de um Almoxarifado - Novo Paraíso e Amajari.			vencido
04236076000171	Serviços de banca organizadora de concurso público	942.000,00	08/2019	16/05/19 a 16/05/20
12614427000169	Serviços de motorista – Reitoria	123.356,64	07/2019	25/06/19 a 25/06/20
	Serviços de motorista – Boa Vista	387.747,68	05/2019	15/08/19 a 15/08/20

Fontes: Siafi e Siasg 2019; Unidades Gestoras 158152, 158350, 158351, 158352 e 158510.

O principal valor das obrigações contratuais referem-se à contratação de serviços de transporte de alunos no Campus Novo Paraiso. Em relação a construção dos almoxarifados nos campi Amajari e Novo Paraíso, no primeiro quando da liquidação da nota não foi baixada a obrigação e como a obra ainda não foi entregue ainda existem notas fiscais pendentes. No campus Novo Paraíso estão aguardando notas fiscais pendentes.

Mensalmente, o Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria, solicita análise da conta de obrigações contratuais de todas as unidades a fim de refletir o que realmente a instituição apresenta como obrigação a terceiros. No entanto, percebe-se que alguns contratos não foram baixados e que cada unidade tem responsabilidade sobre seus contratos.

## 5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	NE	2019	2018
		R\$ milhares	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>		<b>117.300.496,98</b>	<b>116.452.482,52</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		-	-
<b>Contribuições</b>		-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>1.366.126,08</b>	<b>94.896,67</b>
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.366.126,08	94.896,67
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>114.670.455,81</b>	<b>110.615.094,70</b>
Transferências Intragovernamentais		114.386.185,80	108.769.342,79
Outras Transferências e Delegações Recebidas		284.270,01	1.845.751,91
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>1.126.988,75</b>	<b>5.618.529,56</b>
Ganhos com Incorporação de Ativos		592.718,39	5.618.529,56
Ganhos com Desincorporação de Passivos		534.270,36	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>136.926,34</b>	<b>123.961,59</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		136.926,34	123.961,59
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>		<b>131.705.810,35</b>	<b>111.787.021,22</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>73.627.724,81</b>	<b>71.602.366,80</b>
Remuneração a Pessoal		57.781.150,22	56.058.203,67
Encargos Patronais		10.532.314,10	10.046.138,76
Benefícios a Pessoal		5.190.218,10	5.373.158,51
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		124.042,39	124.865,86
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>12.233.971,76</b>	<b>9.392.423,26</b>
Aposentadorias e Reformas		11.688.472,80	8.871.658,30
Pensões		526.712,84	492.232,01
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		18.786,12	28.532,95
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>13.947.235,00</b>	<b>13.087.924,30</b>
Uso de Material de Consumo		966.855,49	641.924,43
Serviços		11.419.693,25	11.112.904,54
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.560.686,26	1.333.095,33
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>14.480.324,27</b>	<b>16.602.087,17</b>
Transferências Intragovernamentais		14.210.531,06	14.713.745,89
Transferências Intergovernamentais		25.780,88	374.089,36
Outras Transferências e Delegações Concedidas		244.012,33	1.514.251,92
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>16.736.010,07</b>	<b>110,00</b>
Incorporação de Passivos		16.703.394,23	110,00
Desincorporação de Ativos		32.615,84	-
<b>Tributárias</b>		<b>4.313,52</b>	<b>3.497,60</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.151,62	1.963,03
Contribuições		2.161,90	1.534,57
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>676.230,92</b>	<b>1.098.612,09</b>
Premiações		2.680,30	6.758,00
Incentivos		673.370,62	1.079.308,13
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		180,00	12.545,96
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)</b>		<b>-14.405.313,37</b>	<b>4.665.461,30</b>

### **5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais**

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para O IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### **5.2.1.1 Resultado Patrimonial do Período**

O Resultado Patrimonial apurado no em 30/09/2019 foi deficitário em R\$ 14.405.313,37 (catorze milhões, quatrocentos e cinco mil e trezentos e treze reais e trinta e sete centavos) se confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ 117.300.496,98) e Diminutivas (R\$131.705.810,35). As variações aumentativas sofreu um aumento de 0,73% e as variações diminutivas sofreu um aumento de 17,82% em comparação ao mesmo período do exercício de 2018.

5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ milhares

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>253.375,00</b>	<b>253.375,00</b>	<b>1.366.126,08</b>	<b>1.112.751,08</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>33.736,00</b>	<b>33.736,00</b>	<b>38.674,06</b>	<b>4.938,06</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	33.736,00	33.736,00	38.674,06	4.938,06
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>204.171,00</b>	<b>204.171,00</b>	<b>1.327.452,02</b>	<b>1.123.281,02</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	204.171,00	204.171,00	1.327.452,02	1.123.281,02
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>15.468,00</b>	<b>15.468,00</b>	-	<b>-15.468,00</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	15.468,00	15.468,00	-	-15.468,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>253.375,00</b>	<b>253.375,00</b>	<b>1.366.126,08</b>	<b>1.112.751,08</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>253.375,00</b>	<b>253.375,00</b>	<b>1.366.126,08</b>	<b>1.112.751,08</b>
<b>DEFICIT</b>	-	-	<b>105.985.880,84</b>	<b>105.985.880,84</b>
<b>TOTAL</b>	<b>253.375,00</b>	<b>253.375,00</b>	<b>107.352.006,92</b>	<b>107.098.631,92</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

Demonstrações Contábeis Consolidadas IFRR  
3º Trimestre/2019

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>131.695.650,00</b>	<b>136.730.358,00</b>	<b>105.047.818,13</b>	<b>89.611.037,12</b>	<b>82.245.653,06</b>	<b>31.682.539,87</b>
Pessoal e Encargos Sociais	104.687.237,00	109.456.950,00	87.501.246,55	75.972.261,83	70.413.280,28	21.955.703,45
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	27.008.413,00	27.273.408,00	17.546.571,58	13.638.775,29	11.832.372,78	9.726.836,42
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>7.418.148,00</b>	<b>7.126.877,00</b>	<b>2.304.188,79</b>	<b>287.458,75</b>	<b>168.380,51</b>	<b>4.822.688,21</b>
Investimentos	7.418.148,00	7.126.877,00	2.304.188,79	287.458,75	168.380,51	4.822.688,21
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>139.113.798,00</b>	<b>143.857.235,00</b>	<b>107.352.006,92</b>	<b>89.898.495,87</b>	<b>82.414.033,57</b>	<b>36.505.228,08</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>139.113.798,00</b>	<b>143.857.235,00</b>	<b>107.352.006,92</b>	<b>89.898.495,87</b>	<b>82.414.033,57</b>	<b>36.505.228,08</b>
<b>TOTAL</b>	<b>139.113.798,00</b>	<b>143.857.235,00</b>	<b>107.352.006,92</b>	<b>89.898.495,87</b>	<b>82.414.033,57</b>	<b>36.505.228,08</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.328.724,14</b>	<b>5.005.549,20</b>	<b>4.653.024,51</b>	<b>4.622.807,30</b>	<b>744.456,73</b>	<b>967.009,31</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	36.629,43	17.853,21	17.853,21	4.952,05	13.824,17
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.328.724,14	4.968.919,77	4.635.171,30	4.604.954,09	739.504,68	953.185,14
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.073.027,32</b>	<b>7.908.580,41</b>	<b>8.298.061,70</b>	<b>7.376.690,60</b>	<b>749.683,24</b>	<b>2.855.233,89</b>
Investimentos	3.073.027,32	7.908.580,41	8.298.061,70	7.376.690,60	749.683,24	2.855.233,89
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.401.751,46</b>	<b>12.914.129,61</b>	<b>12.951.086,21</b>	<b>11.999.497,90</b>	<b>1.494.139,97</b>	<b>3.822.243,20</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>67.165,09</b>	<b>8.296.569,24</b>	<b>8.294.242,46</b>	<b>64.160,70</b>	<b>5.331,17</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.546.927,07	7.546.897,07	-	30,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	67.165,09	749.642,17	747.345,39	64.160,70	5.301,17
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>2.114,85</b>	<b>-</b>	<b>2.114,85</b>	<b>-</b>
Investimentos	-	2.114,85	-	2.114,85	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>67.165,09</b>	<b>8.298.684,09</b>	<b>8.294.242,46</b>	<b>66.275,55</b>	<b>5.331,17</b>

### 5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil destinado a confrontar as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA com as efetivamente realizadas. A partir da comparação entre o previsto e o realizado é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário. A execução dos recursos recebidos por descentralização compõe as despesas empenhadas no balanço orçamentário.

A seguir são apresentados os itens mais relevantes do Balanço Orçamentário referente ao 3º trimestre de 2019.

#### 5.3.1.1 Receitas Orçamentárias

No 3º trimestre de 2019 as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 1.366.126,08, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram um total de R\$ 107.352.006,92 que gerou um déficit orçamentário de R\$ 105.985.880,84.

A justificativa para esta desproporcionalidade é que as receitas realizadas referem-se somente as receitas próprias arrecadadas pelo órgão, não são computados os créditos orçamentários, recebidos no decorrer do exercício, correspondentes às despesas fixadas na LOA (Dotação Atualizada). Em relação ao 2º trimestre houve uma evolução na arrecadação de receitas próprias em 3.655,20% considerando o período de inscrição do concurso público realizado pela instituição.

#### 5.3.1.2 Despesas Orçamentárias

As despesas públicas são gastos realizados pelo órgão público para o funcionamento e manutenção do serviço prestado à sociedade. Assim como as receitas públicas as despesas são classificadas de acordo com a natureza econômica: correntes e de capital.

As despesas correntes são dispêndios, que visam atender a manutenção do serviço de educação básica e ensino profissional prestado pelo IFRR para a coletividade. Com base no valor total das despesas fixadas na LOA/2019 de R\$ 139.113.798,00, as despesas correntes representam no orçamento 94,67% dos gastos, esse percentual é composto por despesas com pessoal e encargos sociais, que foi fixada em R\$ 104.687.237,00 (75,25%) e outras despesas correntes com uma previsão de R\$ 27.008.413,00 (19,41%).

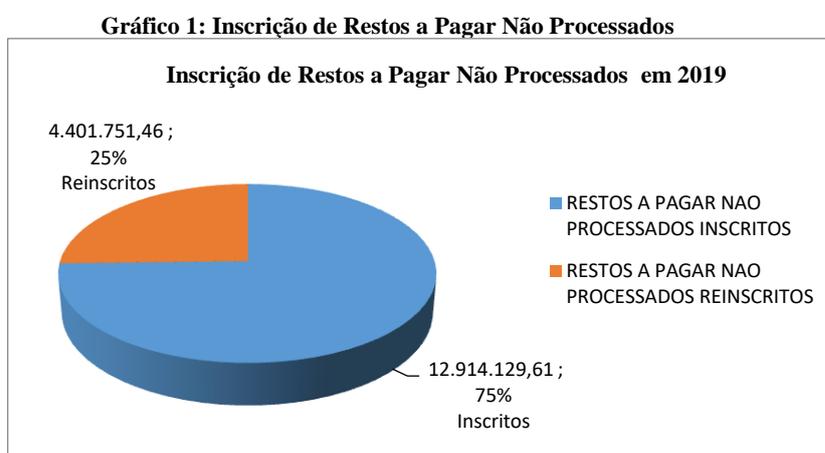
As despesas de capital estão diretamente ligadas a aquisições de equipamentos, material permanente, imóveis, obras e outros. O valor fixado no orçamento foi de R\$ 7.418.148,00, representando um percentual de 5,33% do total previsto na LOA/2019. No 3º trimestre de

2019, o registro de despesas empenhadas na categoria econômica despesas correntes foi de R\$ 105.047.818,13 e de capital foi R\$ 2.304.188,79.

### 5.3.1.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Considera-se Restos a Pagar Não Processados - RPNP, conforme artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, as despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior; ao passo que os Restos a Pagar Processados - RPP, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior, porém, pendentes de pagamento.

No encerramento do exercício de 2018 foram inscritos e reinscritos em RPNP o valor de R\$ 17.315.881,07 (dezesete milhões e trezentos e quinze mil e oitocentos e oitenta e oito reais e sete centavos), conforme Gráfico 1 .



Do valor total, 75% correspondem ao exercício de 2018, enquanto que 25% a exercícios anteriores, o que representa em valores R\$ 4.401.751,46 (quatro milhões e quatrocentos e um mil e setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos).

A execução dos Restos a Pagar não Processados a Liquidar se deu conforme Tabela 15 abaixo:

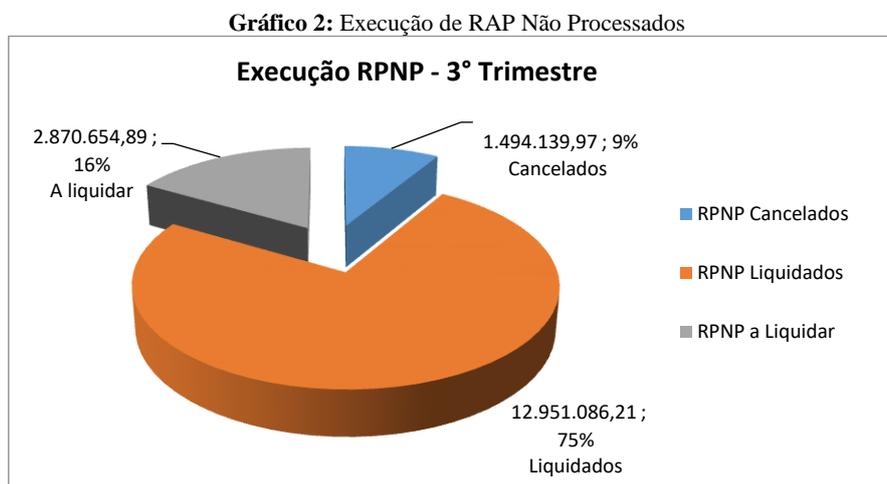
**Tabela 15 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG**

Unidade Gestora	Inscritos	Reinscritos	Liquidados	Cancelados	A Liquidar	Pagos	A Pagar
	(A)	(B)	(C)	(D)	(D)=(A)-(B)-(C)	(E)	(F)=(B)-(E)+(D)
158152	2.653.624,14	1.898.066,86	3.547.599,91	357.371,35	646.719,74	3.547.599,91	646.719,74
158350	3.543.296,38	505.475,80	2.885.689,77	245.841,79	917.240,62	2.872.208,39	930.722,00
158351	2.785.325,77	630.524,91	2.732.570,02	355.530,81	327.749,85	2.006.022,06	1.054.297,81
158352	1.970.889,68	669.139,49	1.810.182,98	535.395,33	294.450,86	1.605.896,89	498.736,95
158510	1.960.993,64	698.544,40	1.975.043,53	0,69	684.493,82	1.967.770,65	691.766,70
<b>TOTAL</b>	<b>12.914.129,61</b>	<b>4.401.751,46</b>	<b>12.951.086,21</b>	<b>1.494.139,97</b>	<b>2.870.654,89</b>	<b>11.999.497,90</b>	<b>3.822.243,20</b>
	17.315.881,07	%	<b>74,79%</b>	<b>8,63%</b>	<b>16,58%</b>	<b>69,30%</b>	<b>22,07%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (Setembro/19).

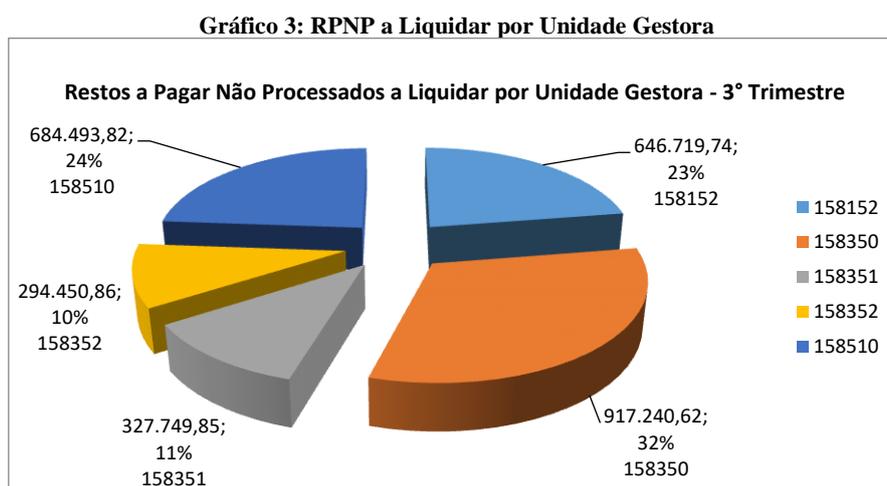
No 3º trimestre de 2019 a evolução da execução dos Restos a Pagar Não Processados quanto a liquidação teve um aumento de 17,39% em relação ao liquidado no 2º trimestre. Do total inscrito e reinscrito foi pago 69,30% restando um percentual de saldo pagar de 22,07%.

A execução dos Restos a Pagar Não Processados do 3º trimestre de 2019 pode ser ilustrada pelo Gráfico 2 que demonstra os percentuais liquidados, cancelados e a liquidar.



Quanto à execução orçamentária dos Restos a Pagar pode-se observar no Gráfico 2 que até 30/09/2019 houve a liquidação de 75%, o cancelamento de 9% e saldo a liquidar de 16%.

Os saldo de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Unidade Gestora pode ser visualizado no Gráfico 3.



Conclui-se pelo Gráfico 3 que a Unidade Gestora 158350 (Campus Boa Vista) é a unidade que apresenta maior saldo a liquidar, seguida da unidade 158510 (Campus Amajari).

## 5.4 BALANÇO FINANCEIRO

	NE	2019	2018
R\$ milhares			
INGRESSOS			
<b>Receitas Orçamentárias (I)</b>		<b>1.366.126,08</b>	<b>105.690,00</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	-
<b>Vinculadas</b>		<b>1.366.126,08</b>	<b>106.640,00</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>114.386.185,80</b>	<b>108.769.342,79</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		94.648.416,12	92.517.856,53
Repasse Recebido		88.664.483,13	84.898.514,43
Sub-repasse Recebido		5.983.932,99	7.619.342,10
Independentes da Execução Orçamentária		19.737.769,68	16.251.486,26
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		19.055.565,21	15.485.783,95
Movimentação de Saldos Patrimoniais		682.204,47	765.702,31
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>25.186.752,97</b>	<b>24.605.163,08</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		7.484.462,30	796.480,87
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		17.453.511,05	23.507.427,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		122.477,10	186.671,04
Outros Recebimentos Extraorçamentários		126.302,52	114.583,28
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			1.415,02
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		4.830,16	
Arrecadação de Outra Unidade		121.472,36	113.168,26
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>8.686.106,89</b>	<b>1.301.715,60</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.686.106,89	1.301.715,60
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>		<b>149.625.171,74</b>	<b>134.781.911,47</b>
DISPÊNDIOS			
<b>Despesas Orçamentárias (VI)</b>		<b>107.352.006,92</b>	<b>109.573.352,94</b>
<b>Ordinárias</b>		<b>92.336.871,66</b>	<b>100.343.324,60</b>
<b>Vinculadas</b>		<b>15.015.135,26</b>	<b>9.230.028,34</b>
Previdência Social (RPPS)		12.780.686,08	8.273.420,19
Receitas Financeiras		2.164.542,87	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		69.906,31	956.608,15
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>14.210.531,06</b>	<b>14.713.745,89</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		5.983.932,99	7.680.747,03
Repasse Concedido			61.404,93
Sub-repasse Concedido		5.983.932,99	7.619.342,10
Independentes da Execução Orçamentária		8.226.598,07	7.032.998,86
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		8.005.568,70	6.919.380,60
Demais Transferências Concedidas		99.557,01	
Movimento de Saldos Patrimoniais		121.472,36	113.618,26
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>20.367.329,22</b>	<b>9.177.871,30</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		8.294.242,46	441.953,80
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		11.999.497,90	8.549.246,46
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		60.558,23	186.671,04
Outros Pagamentos Extraorçamentários		13.030,63	-
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		10.734,83	
Demais Pagamentos		2.295,80	
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>7.695.304,54</b>	<b>1.316.941,34</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.695.304,54	1.316.941,34
<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>		<b>149.625.171,74</b>	<b>134.781.911,47</b>

### 5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro

Analisando de maneira detalhada os itens do Balanço Financeiro, é apresentado abaixo as Tabelas 16 e 17 com o comparativo dos ingressos e dispêndios do 3º Trimestre 2019 em relação ao 3º Trimestre 2018:

**Tabela 16: Total de Ingressos (R\$)**

<b>INGRESSOS</b>	<b>30/09/2019</b>	<b>30/09/2018</b>	<b>AV (%)</b>	<b>AH(%)</b>
Receitas Orçamentárias	1.366.126,08	105.690,00	0,91	1192,58
Transferências Financeiras Recebidas	114.386.185,80	108.769.342,79	76,45	5,16
Recebimentos Extraorçamentários	25.186.752,97	24.605.163,08	16,83	2,36
Saldo do Exercício Anterior – Caixa e Equivalente de Caixa	8.686.106,89	1.301.715,60	5,81	567,28
<b>Total</b>	<b>149.625.171,74</b>	<b>134.781.911,47</b>	<b>100,00</b>	<b>11,01</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018.

Como pode ser observado as Receitas Orçamentárias tiveram um aumento de 1192,58% em relação ao mesmo período do exercício anterior, em decorrência da arrecadação de recursos referente a realização do concurso público. As Transferências Recebidas correspondem a 76,45% dos ingressos do período e em sua maioria são os repasses financeiros realizados pelo Ministério da Educação. Em relação ao período anterior teve uma variação positiva de 5,16%. Os Recebimentos Extraorçamentários correspondem a 16,83% do total dos ingressos e teve uma variação de 2,36% em relação ao período anterior. Neste grupo encontram-se os restos a pagar dos exercícios anteriores que forma inscritos neste exercício. O Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa teve uma variação de 567,28% em relação ao exercício anterior, considerando a nova sistemática de processamento de ordens bancárias. A maior parte deste valor refere-se a folha de pagamento que somente é processada no 1º dia útil ao pagamento. Em 2019 pode-se observar que houve um aumento no total de ingressos de 11,01% em relação a 2018.

**Tabela 17: Total de Dispêndios (R\$)**

<b>DISPÊNDIOS</b>	<b>30/09/2019</b>	<b>30/09/2018</b>	<b>AV (%)</b>	<b>AH(%)</b>
Despesas Orçamentárias	107.352.006,92	109.573.352,94	71,75	-2,03
Transferências Financeiras Concedidas	14.210.531,06	14.713.745,89	9,50	-3,42
Pagamentos Extraorçamentários	20.367.329,22	9.177.871,30	13,61	121,92
Saldo para o Exer. seguinte – Caixa e Equivalente de Caixa	7.695.304,54	1.316.941,34	5,14	484,33
<b>Total</b>	<b>149.625.171,74</b>	<b>134.781.911,47</b>	<b>100,00</b>	<b>11,01</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018.

Na Tabela 17 apresenta-se o detalhamento dos dispêndios. As despesas pagas, que compõem 71,75% do total das saídas de recursos, tiveram redução de 2,03%. Assim, a variação positiva de 11,01% decorreu principalmente da execução dos restos a pagar e do saldo de caixa conforme mencionado na Tabela 16.

## 5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

R\$ milhares

	2019	2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>6.554.268,76</b>	<b>4.374.772,71</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>116.001.091,50</b>	<b>109.174.872,09</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>1.366.126,08</b>	<b>105.690,00</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	38.674,06	26.966,67
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.327.452,02	67.930,00
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	10.793,33
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>114.634.965,42</b>	<b>109.069.182,09</b>
Ingressos Extraorçamentários	122.477,10	186.671,04
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.830,16	-
Transferências Financeiras Recebidas	114.386.185,80	108.769.342,79
Arrecadação de Outra Unidade	121.472,36	113.168,26
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-109.446.822,74</b>	<b>-104.800.099,38</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-84.644.371,97</b>	<b>-79.846.385,15</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-11.087.549,15	-9.363.890,31
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-73.484.087,99	-70.483.909,86
Cultura	-10.000,00	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Desporto e Lazer	-52.000,00	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-10.734,83	1.415,02
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-10.529.065,68</b>	<b>-10.053.297,30</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-10.503.284,80	-10.031.876,18
Outras Transferências Concedidas	-25.780,88	-21.421,12
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-14.273.385,09</b>	<b>-14.900.416,93</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-60.558,23	-186.671,04
Transferências Financeiras Concedidas	-14.210.531,06	-14.713.745,89
Demais Pagamentos	-2.295,80	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-7.545.071,11</b>	<b>-4.359.546,97</b>

<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-7.545.071,11</b>	<b>-4.359.546,97</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.542.956,26	-4.293.152,97
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.114,85	-66.394,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-990.802,35</b>	<b>15.225,74</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>8.686.106,89</b>	<b>1.301.715,60</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>7.695.304,54</b>	<b>1.316.941,34</b>

### 5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

Considerando o princípio da unidade de caixa (conta única), a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da Demonstração do Fluxo de Caixa coincide com o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

**Tabela 18: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa - Atividades**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>AH(%)</b>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.554.268,76	4.374.772,71	49,82
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.545.071,11	-4.359.546,97	73,07
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-990.802,35</b>	<b>15.225,74</b>	<b>-6607,42</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>8.686.106,89</b>	<b>1.301.715,60</b>	
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>7.695.304,54</b>	<b>1.316.941,34</b>	

Fonte: SIAFI Web, 2019 e 2018

A DFC concentra saldo nas atividades de investimento e não possui valores nas atividades de financiamento. Na Tabela 18, pode-se observar que o maior impacto foi nas atividades de investimento, havendo um aumento de 73,07% comparado ao mesmo período de 2018.

O IFRR não possui registro de ingressos quanto as atividades de investimentos. O fluxo de caixa das atividades de investimentos corresponde ao desembolso no valor de R\$ 7.545.071,11.

5.5 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO SETEMBRO/2019

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	-	113.034.732,61	-	-	113.034.732,61
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-86.598,85	-	-	-86.598,85
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	9.258.661,49	-	-	9.258.661,49
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	-	122.206.795,25	-	-	122.206.795,25

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	-	-	-	-	122.206.795,25	-	-	122.206.795,25
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-30.981,90	-	-	-30.981,90
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-14.405.313,37	-	-	-14.405.313,37
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	-	-	-	-	-	107.770.499,98	-	-	107.770.499,98